RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sexta-Feira, 20 de Novembro de 2026

PC desmonta esquema de jogos ilegais que movimentava milhões e abastecia facção em MT

Raspadinhas do crime

Redação

A Polícia Civil de Mato Grosso cumpre, na manhã desta quarta-feira (14.10), 111 ordens judiciais na Operação Raspadinha do Crime, com foco na desarticulação de um esquema de exploração ilícita de jogos de azar promovido por uma facção criminosa em mais de 20 cidades do estado.

As investigações, conduzidas pela Gerência de Combate ao Crime Organizado e Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (GCCO/Draco), em conjunto com a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO), desvendaram uma estrutura criminosa complexa, responsável por um esquema milionário de exploração de jogos ilegais usados para alimentar financeiramente uma facção que atua dentro e fora dos presídios.

São cumpridos na operação 21 mandados de prisão preventiva, 54 de busca e apreensão, 11 ordens de bloqueios e 25 ordens de quebra de sigilo bancários e telemáticos e sequestro de valores que ultrapassam R$1,1 milhão, expedidos pelo juiz Anderson Clayton Dias Batista, da 5ª Vara Criminal de Sinop.

Também foi autorizada a apreensão e o descarte do material de raspadinhas, que somava centenas de bilhetes e banners de propaganda apreendidos durante as diligências.

Os mandados são cumpridos nas cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Alta Floresta, Aripuanã, Brasnorte, Campo Novo do Parecis, Campo Verde, Castanheira, Colíder, Colniza, Confresa,Guarantã do Norte, Juara, Juína, Juruena, Lucas do Rio Verde, Matupá, Novo Horizonte do Norte, Novo Mundo, Nova Mutum, Pontes e Lacerda, Poxoréu, Primavera do Leste, Rondonópolis, Santa Carmem, Santiago do Norte, São José do Rio Claro, Sinop, Sorriso, Tangará da Serra, Tapurah, Terra Nova do Norte e União do Sul.

Desarticulação do esquema

A investigação teve início a partir da análise do material apreendido durante uma operação deflagrada em maio deste ano, que revelou a existência de uma rede organizada que operava um falso empreendimento de raspadinhas instantâneas. Em apenas seis meses, a facção criminosa teria movimentado mais de R$ 3 milhões por meio do esquema de jogos de azar.

Por trás da aparência de legalidade, foi descoberta uma verdadeira estrutura criminosa com planejamento empresarial, hierarquia e funções bem definidas. O jogo era utilizado como fachada para lavagem de dinheiro e financiamento das atividades da facção, que buscava novas fontes de arrecadação paralelas ao tráfico e à extorsão.

A estrutura da empresa era dividia em três níveis operacionais. No topo, o núcleo estratégico, sediado na Capital, era responsável por coordenar as ações financeiras e definir as diretrizes da operação. Abaixo, o núcleo financeiro gerenciava contas bancárias de fachada, movimentando grandes quantias e distribuindo recursos a diferentes regiões do estado.

A rede criminosa conseguiu se espalhar por mais de vinte cidades de Mato Grosso, com núcleo operacional, composto por representantes locais, que distribuíam os bilhetes, recolhiam os valores e controlavam a contabilidade das vendas. Todo o sistema era estruturado para manter o anonimato da facção e mascarar a origem do dinheiro.

De acordo com o delegado responsável pela investigação, Antenor Pimentel, por meio do negócio criminoso, que se apresentava como empresa, a ação conseguiu transformar a aparência de legalidade em instrumento de lavagem de dinheiro.

“A operação representou um golpe direto no braço econômico da facção, desmantelando uma rede que unia tecnologia, manipulação social e engenharia financeira. A investigação segue em andamento, com foco na recuperação dos valores desviados e na identificação de possíveis ramificações interestaduais”, disse o delegado.

A operação integra o planejamento estratégico da Polícia Civil, por meio da Operação Inter Partes, dentro do programa Tolerância Zero, do Governo de Mato Grosso, que tem intensificado o combate às facções criminosas em todo o Estado.

O trabalho também faz parte das ações da Rede Nacional de Unidades Especializadas de Enfrentamento das Organizações Criminosas (Renorcrim).